



Comercialização de produtos da agricultura familiar na Amazônia

A Amazônia apresenta atualmente 3.589 assentamentos de reforma agrária e as 36 reservas extrativistas. Juntos, eles ocupam 41,8 milhões de hectares, onde vivem cerca de 600 mil famílias de pequenos produtores (IPAM 2016; ICMBio 2016) com um desafio comum: viver, produzir e conservar essa porção expressiva do território brasileiro.

Historicamente, a produção familiar foi excluída das estratégias de desenvolvimento da região e, apesar dos avanços recentes em criação e implementação de programas e políticas públicas dirigidos, sobretudo os federais, sua inclusão é incipiente e desordenada. A produção familiar ainda é desenvolvida com baixíssimo padrão tecnológico, em que prevalece o extrativismo, a prática agrícola de “corte e queima” da cobertura florestal e a criação extensiva de gado, sistemas reconhecidamente caracterizados por alto custo ambiental e/ou baixa produtividade.

Ainda assim, uma parte significativa dos alimentos que abastecem os centros urbanos na região provém da produção familiar. Em 2006, ano do último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, o setor respondia por 43,6% do valor bruto da produção agropecuária na região Norte, responsável a maior parte do café, leite e mandioca e boa parte do milho, dos bovinos e dos bubalinosos. Eles eram 71,3% dos

475.775 estabelecimentos rurais, ocupando apenas 24,3% da área total (IBGE, 2006).

Tal índice se dá ainda com enormes gargalos financeiros, de assistência técnica, baixo acesso a políticas públicas básicas como educação e saúde, ao crédito rural, à infraestrutura de estrada e transporte, além de falta de estruturas de beneficiamento, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas.

Ao mesmo tempo, os beneficiários da reforma agrária na Amazônia enfrentam o desafio de aumentar e consolidar a produção de alimentos sem converter a floresta. Cerca de 37% da área total dos assentamentos georreferenciados localizados no bioma amazônico, e 40% da área de floresta original, estão desmatados. Há muita floresta, e em diferentes graus de conservação, nos assentamentos, habitados por populações nativas e imigrantes, que representam a diversidade social de produtores familiares da região amazônica.

Com foco no potencial produtivo desse setor, e em seu papel na conservação de recursos naturais, o IPAM, em parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desenvolveu durante os anos de 2012 a 2017 o Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia (PAS), financiado pelo

Fundo Amazônia, em três regiões do Oeste do Pará: Transamazônica, BR-163 e Baixo Amazonas (leia quadro abaixo).

Uma das linhas do projeto – agregação de valor às cadeias produtivas – prevê o apoio a iniciativas de comercialização de produtos. Uma das estratégias previstas inicialmente era o estabelecimento de contratos entre produtores e governos municipais e federal pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Apesar dos esforços dos produtores e das equipes técnicas do PAS, essa estratégia se consolidou somente na região do Baixo Amazonas. Nas demais, as condições necessárias para que os programas funcionem – como apoio institucional e construção de cardápios completos para merenda escolar – ainda carecem de desenvolvimento.

Contudo, outras alternativas de comercialização apareceram. Na região da rodovia Transamazônica, em 2016 surgiu a Feira da Produção Familiar de Pacajá e, na região da BR-163, os produtores e a equipe técnica do IPAM criaram a Rede de Comercialização Solidária do Tapajós e o Programa de Aquisição de Alimentos com as famílias do Projeto de Assentamento Moju I e II.

O fato de três diferentes estratégias de acesso ao mercado serem necessárias para um único estado é uma demonstração prática de como é preciso respeitar as diferentes realidades da Amazônia para garantir a comercialização justa para os produtores. A experiência também mostrou a importância de uma assistência técnica rural qualificada e criativa, que diante de uma meta estabelecida junto às famílias de produtores busca caminhos variados para realizá-la.

O Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS) desenvolveu ações ligadas a cinco temas principais:

- » Regularização ambiental e ordenamento territorial: elaboração de planos de recuperação dos assentamentos (PRAs), elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), emissão de dispensas de licença ambiental para atividades produtivas, emissão de autorizações de uso de capoeiras, pastagens e uso de madeira;
- » Valorização econômica da floresta: manejo florestal e pagamento por serviços ambientais;
- » Aumento da produtividade em áreas abertas: apoio para transição produtiva pela adoção de novas tecnologias de produção agropecuária e prestação de assistência técnica;
- » Agregação de valor nas cadeias produtivas: apoio para a agroindustrialização, iniciativas de comercialização de produtos por meio do acesso aos mercados abertos e institucionais, capacitações e elaboração de planos de negócios; e
- » Fortalecimento da capacitação de gestão dos assentamentos: formação de lideranças, fortalecimento de organizações locais e capacitações.

É preciso respeitar as diferentes realidades da Amazônia para garantir a comercialização justa para os produtores familiares.



1. Feira da Produção Familiar de Pacajá

Ao longo dos anos de execução do PAS, a equipe técnica do IPAM Transamazônica tentou incluir as famílias de produtores nos processos de comercialização via mercados institucionais. Após capacitações, seminários e reuniões com secretarias municipais de Educação e de Agricultura, viu-se necessário pensar em outras estratégias de comercialização para essas famílias, pela falta de mercados institucionais consolidados.

Assim, em maio de 2016, por meio de uma parceria com o INCRA, teve início a realização de feiras livres em Pacajá. A Feira da Produção Familiar agrega aproximadamente 35 famílias localizadas no Projeto de Assentamento Bom Jardim, em áreas do Projeto Integrado de Colonização da Transamazônica e outros locais com produção familiar no município.

O primeiro passo foi identificar as famílias com interesse nesse tipo de estratégia de comercialização, com o levantamento dos potenciais produtos que seriam comercializados. Em seguida, as famílias receberam capacitações em técnicas de vendas, graças a uma parceria com o SEBRAE. Além disso, a equipe técnica mobiliza as famílias, apoia o transporte dos produtos e acompanha a realização da feira.

Até dezembro de 2016, foram realizadas 18 feiras, com periodicidade quinzenal, nas quais são comercializados mais de 60 diferentes produtos. Os que apresentam maior valor comercializado são: farinha, peixe, galinha caipira viva e abatida, polpas de frutas, em especial polpa de açaí, milho verde, melancia, jiló, cheiro verde e carne de carneiro. Outros produtos com boa saída são: macaxeira, ingá, queijo, ovos caipira, pamonha, óleo de coco babaçu, abóbora, batata-doce, maracujá, mamão, tangerina, requeijão, alface, banana, pão caseiro, coloral ou corante, couve e cará.

Além de gerar renda para os agricultores familiares, a feira também estimula a diversificação de produtos. Estudos preliminares indicam que as famílias que conseguem participar todas as feiras incrementam a renda bruta mensal em aproximadamente 30%.

Recentemente, o IPAM, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pacajá e as famílias de produtores envolvidas na feira estabeleceram uma parceria para ampliar o número de famílias envolvidas na iniciativa e transformar a feira num evento semanal. Também está planejada a criação de uma associação de produtores rurais feirantes, para garantir sua continuidade.

Quadro 1 – Resumo sobre o funcionamento da Feira da Produção Familiar de Pacajá*

Início da atividade:	Maio de 2016
Número de famílias:	35
Número de feiras realizadas:	18
Valor aproximado comercializado	R\$ 136 mil
Média de produtos comercializados	60 produtos por evento.
Produtos mais vendidos	Farinha, peixe, galinha caipira viva e abatida, polpas de frutas, em especial polpa de açaí, milho verde, melancia, jiló, cheiro verde e carne de carneiro.

* Até dezembro de 2016.



2. Rede de Comercialização Solidária do Tapajós

A discussão sobre objetivos da economia solidária entre fornecedores e consumidores de Itaituba culminou com o lançamento, em março de 2016, da 1ª Rede de Comercialização Solidária do Tapajós, na região da BR-163. O objetivo é estimular atividades econômicas sustentáveis, geridas na base da cooperação entre os envolvidos, numa perspectiva de desenvolvimento local e de construção de relações sociais emancipadoras e equitativas.

Por meio dessa iniciativa, um grupo de consumidores de Itaituba (PA) passou a receber periodicamente

cestas de produtos, como hortaliças, feijão, milho, frutas, ovos e castanha-do-pará, diretamente das mãos daqueles que os cultivam no Projeto de Assentamento Cristalino II, no município de Aveiro (PA). Atualmente,



participam da rede 23 fornecedores do PA Cristalino II e entorno e 20 consumidores solidários.

Os próprios consumidores e fornecedores estabelecem as regras de funcionamento. As entregas ocorrem semanalmente, aos sábados, no escritório do IPAM no município. Cada consumidor retira suas cestas com o conteúdo escolhido e realiza um novo pedido para

próxima semana, usando uma cartela de opções de produtos para aquela semana, conforme o calendário agrícola.

Entre março e dezembro de 2016, foram realizadas 40 entregas de cestas, com 50 tipos de produtos, Foram comercializados 3.660 quilos de alimentos (gráficos 1 e 2), o que gerou uma movimentação financeira de R\$ 24.331.

Gráfico 1 – Produtos comercializados (por kg)
Quantitativos de produtos comercializados por quilo

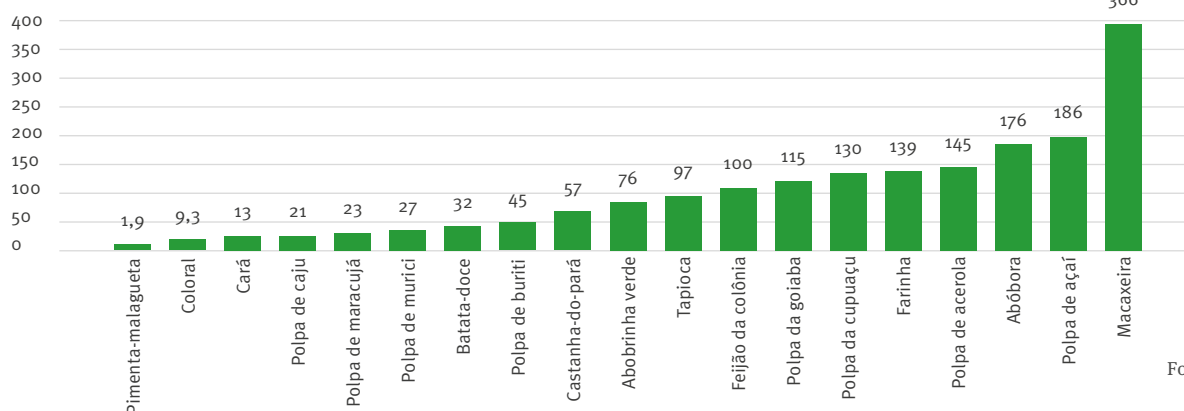
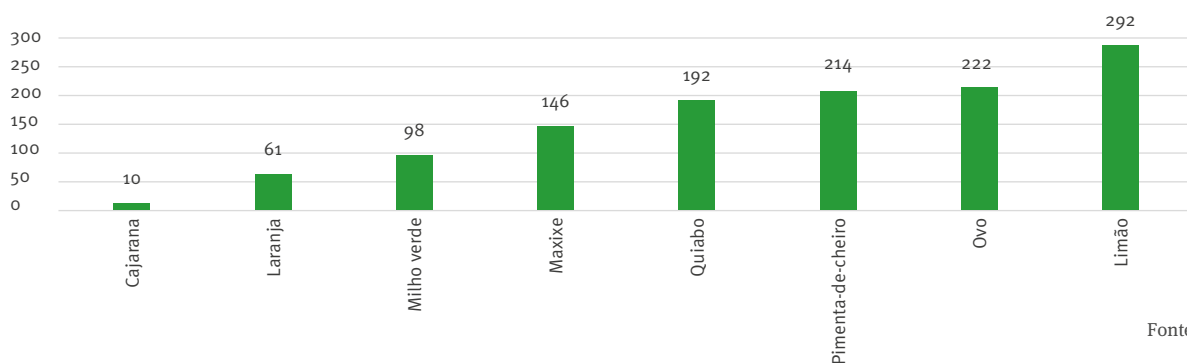


Gráfico 2 – Produtos comercializados (por kg)
Quantitativos de produtos comercializados por dúzia



Em termos de gestão, a equipe técnica do IPAM desenvolveu uma planilha eletrônica que permite realizar os registros de pedidos dos consumidores e as entregas dos fornecedores, além de gerar relatórios dos produtos e valores comercializados. Essa planilha é alimentada por um produtor da rede, denominado de agente de comercialização, que também fica responsável pela organização dos pedidos, a coleta e a entrega dos produtos na cidade.

Esse agente, que inicialmente recebia apoio do PAS, agora será escolhido em esquema de rodízio somente para fazer a gestão da rede, sem capacidade de definir

preços ou disponibilidade dos produtos, por exemplo, o que será definido pelos próprios agricultores.

A experiência tem sido bem-sucedida em driblar os gargalos de comercialização na região, ligados a transporte, volume ainda baixo de produção e acesso a mercados, bem como estimular a transição produtiva, em que um modelo sustentável é valorizado. Pela economia solidária, a rede motiva a diversificação dos sistemas de produção e o correto direcionamento de investimentos financeiros e mão-de-obra, a fim de melhorar a qualidade de seus produtos e garantir sua disponibilidade.

Quadro 2 – Resumo sobre o funcionamento da Rede de Comercialização Solidária do Tapajós*

Início da atividade:	Março de 2016
Número de famílias:	23 fornecedores e 20 consumidores
Número de entregas realizadas até o momento:	40
Valor aproximado comercializado	R\$ 24.300
Média de produtos comercializados/semana	50
Produtos mais vendidos	Macaxeira, polpas de frutas, abóbora, farinha, feijão da colônia, limão, ovos, pimenta-de-cheiro, quiabo e maxixe.

* Até dezembro de 2016.

“Com esta venda, pagamos diárias no nosso lote e estou terminando de pagar um tanquinho para lavar roupas. Antes, nossos produtos estragavam por falta de gente para comprar, e agora temos a facilidade de trazer de lá para cá.”

Maria da Cruz, produtora do PA Cristalino II

“Adoramos a cesta. É muito farta e com ótima qualidade e preço.”

Bruno Matos, consumidor.

3. Acesso aos mercados institucionais

Até a primeira metade da década de 1990, as políticas públicas de desenvolvimento rural e apoio à agricultura familiar se resumiam aos processos de extensão rural e concessão de crédito para a inovação tecnológica e apoio à produção (Rosa & Anjos, 2000) – e, ainda assim, com pouca aderência.

A partir de 2000, diversas políticas públicas promoveram a melhoria da qualidade de vida no campo, principalmente na agricultura familiar, com a instituição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a obrigatoriedade de cerca de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pelo governo federal, ser alimentado pelo produtor familiar.

O PAA, instituído pelas Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, Lei nº 12.512, de 2011, e Decreto 7.115/12, e o

PNAE, estabelecido pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, representam um estímulo oficial de inclusão dos agricultores familiares no mercado, pois fortalecem o setor ao mesmo tempo que geram renda.

Tais mercados institucionais, ou seja, as compras executadas pelo governo, ainda que relativamente recentes no Brasil, já fazem parte da pauta prioritária de discussão dos movimentos sociais na Amazônia. São percebidos como oportunidades de comercialização especialmente de produtos da cesta básica, para atender a alimentação escolar, restaurantes populares, hospitais públicos, Exército, compra e doação de sementes, doação para entidades filantrópicas, entre outros fins.

É o caso de iniciativas observadas no Oeste do Pará, com assentados da reforma agrária. No Projeto de Assentamento (PA) Moju I e II, várias famílias, com apoio do Projeto Assentamentos Sustentáveis, fornecem produtos para o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos de Santarém. A iniciativa, que começou com duas famílias em 2012, chegou a 15 em 2016.

LIÇÕES

Este processo de inserção dos produtores familiares nos mercados institucionais contribui não somente para a geração de renda como também para mantê-los no campo e recuperar sua autoestima enquanto fornecedores.

Somado a outras estratégias de comercialização, como mercados abertos, feiras, redes de comercialização solidárias, o PAA ajuda a interromper a histórica fuga do ambiente rural para o urbano, alimentada pela falta de condições de vida e de apoio de políticas públicas.

Isso porque a organização das famílias em torno da comercialização motiva a discussão coletiva sobre a produção em si, e fortalece a participação da mu-

lher e dos jovens, estimulando seu papel na economia familiar do assentamento.

Mas, para que isso aconteça, é fundamental que os assentados da reforma agrária e os agricultores familiares em geral fortaleçam organizações sociais de base e estruturam a produção, para que possam acessar as oportunidades de negócios que se apresentam.

Igualmente importante é a implementação do PAA pelas prefeituras, para que cumpram as determinações desse programa e do PNAE. Além dos benefícios já descritos para os produtores familiares, eles podem dinamizar a economia local e estimular o consumo de alimentos saudáveis e mais frescos, por virem da própria região.

Quadro 3 – Evolução do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos de Santarém pelas famílias do PA Moju I e II no período de 2012 a 2106.

Ano de comercialização	Quantidade de famílias	Valor comercializado	Produtos comercializados
2012/2013	02	R\$ 8.223,60	Farinha, macaxeira, hortifrutigranjeiros
2014	06	R\$ 27.023,50	Farinha, macaxeira, frutas, hortifrutigranjeiros, ovos
2015	16	R\$ 88.000,00	Farinha, macaxeira, frutas, hortifrutigranjeiros, ovos
2016	15	R\$ 67.500,00	Farinha, macaxeira, frutas, hortifrutigranjeiros, ovos
TOTAL		R\$ 190.747,10	

Fonte: IPAM

Quadro 4 – Resumo sobre o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos de Santarém pelas famílias do PA Moju I e II.

Início da atividade:	2012
Número de famílias:	15
Número de contratos firmados:	39 contratos
Valor aproximado comercializado	R\$ 190.747,10
Média de produtos comercializados no PAA	9 produtos
Produtos mais vendidos	Farinha, macaxeira, abóbora, batata-doce, polpa de frutas, ovos e galinha viva.

* Até dezembro de 2016.

Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

www.assentamentosustentavel.org.br

INICIATIVA



O INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM) é uma organização de pesquisa científica, não governamental e sem fins lucrativos, fundada em 1995, que trabalha por um desenvolvimento sustentável da Amazônia que seja pautado pelo crescimento econômico, justiça social e proteção da integridade funcional dos ecossistemas da região.

ENDEREÇOS – Belém (Sede): Avenida Almirante Barroso, 1133, Bairro Marco, Belém (PA), CEP: 66093-031. Tel.: (91) 2121-0831. Altamira: Rua Lucindo Câmara, 3738, Bairro Jardim Independente, Altamira (PA), CEP: 68.372-823. Tel.: (93) 3515-3510. Brasília: SHIN CA 5, Bloco J2, Sala 309, Bairro Lago Norte, Brasília (DF), CEP: 71503-505. Tel.: (61) 3468-2206 / 2109-4150. Canarana: Rua Horizontina, 104, Bairro Centro, Canarana (MT), CEP: 78640-000. Tel.: (66) 3478-3631. Cuiabá: Rua Corsino do Amarante, 588, Bairro Quilombo, Cuiabá (MT), CEP: 78.043-435. Tel.: (65) 3621-3109. Itaituba: Rua Lázaro de Almeida Baima, 791(2ª Rua), Jardim das Araras, Itaituba (PA), CEP: 68.180-110. Tel.: (93) 3518-1688. Rio Branco: Rua Alvorada, 211, 1º Piso, sala 101, Bairro Bosque, Rio Branco (AC), CEP: 69900-664. Tel.: (68) 3224-8316. Santarém: Av. Rui Barbosa, 136, Bairro Prainha, Santarém (PA), CEP: 68005-080. Tel.: (93) 3522-5538 / 3522-5285

www.ipam.org.br

A FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR (FVPP) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1991 por iniciativa de agricultores familiares e movimentos populares da região da Transamazônica e Xingu no oeste do Pará. Desde a sua fundação, se mantém articulada com os movimentos sociais da Amazônia e do país, na proposição e execução de projetos identificados com uma visão sustentável de desenvolvimento.



ENDEREÇO: Rua Anchieta, 2092, Altamira (PA). CEP: 68.371-272. Tel.: (93) 3515-2406
www.fvpp.org.br

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.



ENDEREÇO: SBN Qd. 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, Brasília (DF). CEP: 70.057-900. Tel.: (61) 3411-7474
www.incra.gov.br

RECURSOS



APOIO



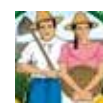
O Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia conta com três grupos de sustentação, situados um em cada território de abrangência do projeto e um grupo de lideranças na região da Transamazônica. Esses grupos são compostos por sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e associações de produtores, entre outras entidades que representam as famílias assentadas e demais atores envolvidos nas atividades. Tem como objetivo contribuir para o processo de gestão do desenvolvimento dos assentamentos.

PARCEIROS LOCAIS



CIDS

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu



Associação dos Agricultores Familiares do Canoé e Cutiã

ASCRAN

Associação Comunitária Rural Anapuense



APRUC II

Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Cristalino II)

Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Santa Inez PA Cristalino II – Associação Santa Inez

